

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE
OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR
ATA DA 73ª REUNIÃO**

Data: 04 e 05 de agosto de 2009.

Local: Sala T-13 do Ed. Marie Prendi Cruz, localizado na SEPN 505 (W2 Norte), Lote
2 – Brasília/DF.

REPRESENTANTES:

- Ministério da Integração Nacional: José Luiz de Souza
(jose.souza@integracao.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Luciano Meneses Cardoso da Silva
(lmeneses@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Roberto Alves Monteiro
(roberto.monteiro@mma.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia: Andrea Figueiredo (andrea@mme.gov.br)
- Conselhos Estaduais - PR/MT: Ellen Kenia Kuntze Pantoja
(ellenpantoja@sema.mt.gov.br)
- Conselhos Estaduais - MG/ES: Flávia Pitanga Calil Salim (fsalim@iema.es.gov.br)
- Conselhos Estaduais - SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais - DF/GO: Diógenes Mortari
(diogenes.mortari@adasa.df.gov.br)
- Conselhos Estaduais - CE/BA: Luiz Henrique Pinheiro Silva
(luiz.pinheiro@inga.ba.gov.br)
- Conselhos Estaduais – AL/RN: Vera Maria Lucas Ribeiro
(veraribeiro1@hotmail.com)
- Conselhos Estaduais – PE/PB: Terezinha Menezes Uchôa
(terezinha.uchoa@srh.pe.gov.br)
- Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário:
Pedro Luis Franco (pedrolpf@sanepar.com.br)
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Teresa Maria Arruda Lana
(teresa.lana@emae.sp.gov.br)
- Indústria: Luiz Cláudio C. Figueiredo (luiz.castro.figueiredo@vale.com)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: João
Carlos de Freitas Silva (bpg-pgr@daee.sp.gov.br)
- Organizações não Governamentais: Cláudio Bedran (contato@planetaverde.org.br)
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Tânia Lúcia Graf de Miranda
(tania.miranda@lactec.org.br)

DEMAIS PRESENTES:

- Alexander Gonçalves da Silva (ABRAGE/CEMIG) – (ags@cemig.com.br)
- Célia Regina Buono Palis Poeta (SMA / SP) – (celiap@cetesbnet.sp.gov.br)
- Christine Lombardo (Petrobrás / RJ) – (christinelcp@petrobras.com.br)
- Diandra Daia (ELABORE) – (diandriadaia@gmail.com)
- Emílio Trevisan (SUDERSA / PR) – (emiliotrevisan@sudersa.pr.gov.br)
- João Ferreira Neto (SRHU/MMA) – (joao.neto@mma.gov.br)
- Luciana de Paiva Luquez (CNA / DF) – (luciana.luquez@cna.org.br)
- Maria Aparecida B. Pimentel Vargas (BRASCAN) – (vargasma@terra.com.br)
- Sebastião Nainer Bosquilia (CBH – PCJ / SP) – (sbosquilia@sp.gov.br)
- Vânia Lúcia Rodrigues (SABESP) – (vaniarodrigues@sabesp.com.br)

RELATORIA CTPOAR:

Raquel Scalia Alves Ferreira (SRHU/MMA) - raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 09h50 do dia 04 de agosto de dois mil e nove, procedeu-se à abertura da 73ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR. [Item 2 – Aprovação da Ata da 72ª reuniões da CTPOAR.](#) A ata foi aprovada após serem apresentadas sugestões de alterações. [Item 3 – Continuação da análise dos temas \(1 e 2\) priorizados pelo Plenário do CNRH para a CTPOAR/2009.](#) [Item 3.1 – Análise do conteúdo mínimo para o Pré-CNARH.](#) Fizeram a análise do formulário contendo 25 campos. No campo referente aos “tipos” sugeriram que fosse colocada possibilidade de escolha de obras como canalização, travessia (aérea, subterrânea e intermediária), retificação de leito, extração de minérios em leito de rios e de serviços como proteção de margens, leito (desassoreamento), entre outros. No campo “altura de reservatório”, sugeriram a substituição por “altura de barramento” e no campo “data final da outorga” para “data vigente da outorga”. Apresentaram dúvidas no campo de identificação do corpo de água, devido a dificuldade de utilização de toponímias, então sugeriram que fossem inseridas informações quanto a bacia hidrográfica, a unidade de gestão e a codificação do rio, contudo questionaram como seria a interligação das codificações existentes nos estados e a adotada pela ANA. Sugeriram a colocação de um campo, a ser denominado “situação do empreendimento”, onde o usuário indicaria como ativo, desativado definitivamente ou desativado temporariamente. Também apontaram a necessidade de adequação na ordenação dos campos para facilitar o preenchimento (Anexo 1). Após a leitura do formulário foram verificadas diversas dúvidas quanto seu objetivo e sua finalidade (técnica - uso e interferências ou empreendimentos) a ser alcançada com o Pré-CNARH, assim acordaram que as dúvidas fossem encaminhadas aos representantes da ANA na CTPOAR e que após o recebimento desses esclarecimentos seria possível dar continuidade as análises e sugestões à ANA. Também foram mencionadas dúvidas quanto a aplicação desse formulário para os usos insignificantes. A CTPOAR acredita que o ideal seria que esses usuários não precisassem utilizar o CNARH. Ainda comentaram que o CNARH apresentava dificuldades em seu preenchimento e na sua aplicação por parte dos estados que o adotam. [Item 4 – Início da discussão sobre diretrizes para elaboração de um plano emergência e contingência, para barragens, considerando as condicionantes apresentadas nos atos de outorga.](#) Fizeram a leitura do PL 1.181, de 2003 que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais. Comentaram que o texto poderia auxiliar o desenvolvimento dos trabalhos da CTPOAR quanto à seção II (do plano de segurança de barragens), art. 8º ao art. 12. Recomendaram que fosse obtida a última versão do PL que ainda não se encontrava disponibilizada. Houveram comentários gerais sobre a aplicação desse PL junto à Política Nacional de Recursos Hídricos e aos órgãos gestores de recursos hídricos. O intervalo de almoço ocorreu das 12h05 às 14h09 quando reiniciaram com o item 5. [Item 5.1 – Análise da proposta de resolução que estabelece diretrizes gerais para a definição de vazões mínimas remanescentes.](#) Durante a leitura da proposta de resolução elaboraram ajustes semânticos e ordenação de artigos e incisos em todo o texto e apresentaram dúvidas quanto a utilização das expressões “definição e determinação”, contudo consensaram que seria utilizado “determinação” para a aplicabilidade da resolução e definição quando se tratar de conceituação. (definição de critérios e procedimentos para a determinação de um resultado). Também

surgiram dúvidas quanto a utilização da palavra usos, existente na definição de vazão mínima remanescente. Após a leitura da Resolução CONAMA nº 357, de 2005, foi verificado o uso da palavra em questão, assim estando justificada sua utilização. Foi elaborada uma definição de vazão de referência (inciso I, art. 3º), ficando para avaliação na próxima reunião. Houve concentração de discussão para entendimento do novo art. 8º. A reunião foi suspensa às 17h46 e reiniciada às 9h34 do dia 05 de agosto do ano corrente, dando continuidade a análise do item 5 da pauta. Foi retomada a discussão a partir do novo 8º, onde foram inseridas complementações no inciso I, exclusão da expressão “com a anuência do órgão ambiental competente”, pois acordaram que esse inciso seria específico para o usuário de recursos hídricos que pode solicitar revisões, desde que embasadas por estudos técnicos, independente da anuência do órgão ambiental e o inciso VI indicaria a solicitação quando do órgão de meio ambiente. Houveram esclarecimentos quanto a forma de aplicação dos incisos nos procedimentos dos órgãos gestores e a forma de comunicação entre os órgãos gestores de recursos hídricos e órgãos de meio ambiente. Foi esclarecido que o texto da proposta de resolução não traria a definição de vazão ecológica, pois caberia aos órgãos de meio ambiente elaborá-lo, conforme apontado nos princípios e objetivos da Lei nº. 6.938, de 1981 e na Resolução CONAMA nº. 237, de 1997. (Anexo 2). Finalizando esse item de pauta, acordaram que já buscariam a possibilidade de uma reunião conjunta com a CTAP, já que a proposta originou dessa Câmara, mas que ainda a matéria seria analisada na próxima reunião, para tanto devendo ser disponibilizada última versão da proposta de resolução, contendo sugestão de definição de alocação negociada de água a ser elaborada e encaminhada pelo representante da ANA. [Item 6.2 – Continuação da elaboração da minuta de proposta de resolução que disporá sobre procedimentos gerais para manifestação prévia e outorga de direito de uso de recursos hídricos para fins de diluição de efluentes líquidos ou gasosos, tratados ou não, em corpos de água superficiais.](#) Iniciaram a análise a partir do art. 4º. Primeiramente ponderaram sobre a diferença entre uso prioritário e uso preponderante e o impacto das suas utilizações na aplicação da proposta de resolução e que essa temática deveria ser acordada entre os órgãos gestores de recursos hídricos e ainda questionaram qual seria a escala de prioridade que colocariam o lançamento/diluição de efluentes. Acordaram pela união do inciso III e IV do art. 4º, por se tratar do mesmo instrumento, redigiram novo inciso II e ponderaram sobre a aplicação da proposta de resolução quando os rios não se encontrarem enquadrados e esclareceram que o art. 4º teria aspecto de gestão. Para o art. 5º acordaram pela inserção de um parágrafo referente a zona de mistura, onde contribuições deveriam ser apresentadas na próxima reunião, considerando a Resolução CONAMA nº. 357, de 2005 e a proposta de resolução CONAMA, sobre áreas contaminadas e que esse artigo apresentaria aspectos técnicos. Ainda enfatizaram que a intenção seria adotar como parâmetro prioritário para a proposta de resolução o oxigênio dissolvido (OD) (Anexo 3). O intervalo de almoço aconteceu das 12h às 13h50, retornando ao item 8 da pauta. [Item 8 – Assuntos Gerais.](#) Primeiramente tratou-se do Ofício nº 018/2009/CTAP/CNRH/MMA (Anexo 4). Para esclarecimento foi solicitada a presença do presidente da CTAP que fez um breve relato sobre os acontecimentos ocorridos durante a 67ª Reunião, realizada em Itajaí que motivou membro da CTAP a elaborar documento envolvendo diversos assuntos referentes aos fatos constatados durante esse evento. Foi informado que tal documento também fora encaminhado para a CTCOST, CTPNRH, CTIL e ANA, considerando as interfaces existentes com os fatos colocados. Foi relatado que durante essa reunião observou-se conflitos técnico, político e financeiro entre o comitê de bacia hidrográfica do rio Itajaí e o Conselho Estadual de Santa Catarina, não alcançando conclusão nesses fóruns de discussão, sendo desejo deles que o CNRH viesse a intermediar o conflito. Ainda foi

154 mencionado que com essa experiência fosse possível auxiliar a elaboração da proposta
155 de resolução que regulamentará o inciso III do art. 35 da Lei nº. 9.433, de 1997.
156 Comentaram então que pela Lei nº. 9.433, de 1997 a estrutura do SINGREH e as
157 respectivas competências de seus componentes revelariam a descentralização da gestão
158 de recursos hídricos. Não obstante estaria a forma de encaminhamento da discussão,
159 que pela Lei citada deveria ser encaminhada por comitês ou Conselhos Estaduais e pela
160 leitura do documento não observa-se tal solicitação formal das partes (inciso IV do art.
161 35), o que formalizaria o CNRH como mediador do conflito. Foi solicitado que caberia
162 a CTPOAR manifestação referente as outorgas das PCHs da região. Como esse
163 esclarecimento foi somente obtido durante a reunião, acordaram então que o assunto
164 fosse retomado na reunião da CTPOAR agendada para outubro. Foram colocadas as
165 seguintes sugestões para que o presidente da CTAP levasse como contribuição:
166 fortalecimento do comitê; fomentação do diálogo na região; respeito as instâncias de
167 decisão e a descentralização da gestão; possível atuação política do CNRH e
168 envolvimento do Ministério Público Estadual. [Item 7 – Apreciação do Ofício nº. 14/2009/CTCOST/CNRH – Grupo de trabalho sobre outorga em zona costeira.](#) Foi
169 esclarecido que esse tema seria a prioridade 2 colocada pelo CNRH para a CTCOST e
170 diante das interfaces das competências dessas duas Câmaras Técnicas o assunto deveria
171 ser discutido conjuntamente aproveitando assim o conhecimento técnico da CTCOST
172 sobre zona costeira e o da CTPOAR sobre os procedimentos de outorga. Foi informado
173 sobre a existência do GT programa 9 do Plano Nacional de Recursos Hídrico (*Título:*
174 *Programa de Gestão de Recursos Hídricos Integrados ao Gerenciamento Costeiro,*
175 *Incluindo as Áreas Úmidas*), criado para analisar a minuta de detalhamento de tal
176 programa apresentada pelo Grupo de Coordenação e Elaboração do Plano, conforme
177 solicitado pela CTPNRH, e que neste programa poderiam existir ações sobre a temática
178 em questão. Também foi ratificado que o coordenador do grupo, conforme citado no
179 ofício, não seria o representante da ANA, sendo essa uma recomendação da diretoria da
180 Agência, que também ponderou sobre a suspensão das atividades do GT até que a
181 análise do programa 9 fosse concluída, bem como estudos específicos que estariam em
182 elaboração pela ANA, o que justificaria a sua saída. Com isso o GT decidiu por
183 continuar suas atividades, mas primeiramente voltadas para a análise da linha de base
184 territorial, o que afetaria diretamente os procedimentos de outorga. Após os
185 esclarecimentos a CTPOAR acatou sua participação no GT que se daria através dos
186 seguintes representantes: da SRHU, das ONGs, da Indústria, das Concessionárias e
187 Autorizadas de Hidrelétricas e dos Conselhos Estaduais de SP, PR, ES, BA, PE e RN,
188 que encaminhariam os nomes dos participantes oportunamente, mas alertados de que
189 deveriam ser técnicos da área de outorga para acrescentar esse conhecimento aos
190 trabalhos do GT. [Item 8 – Assuntos Gerais.](#) Nesse momento ratificaram a data da
191 próxima reunião para os dias 14 e 15 de setembro em São Paulo, ocasião que estaria
192 acontecendo o I Congresso Internacional sobre Meio Ambiente Subterrâneo e que a
193 CTPOAR estaria participando. Acordaram quanto a necessidade de reunião em outubro,
194 diante das demandas em aberto, bem como para a participação da CTPOAR na oficina,
195 a ser realizada pela SRHU em Brasília, sobre Vazão Ambiental. Quanto ao tema 5 da
196 tabela de prioridades encaminhada pelo Plenário do CNRH, foi esclarecido que a
197 intenção da análise referente a esse tema seria a criação de indicadores para mensurar o
198 desenvolvimento do CNRH. Ponderaram então, que para a criação de indicadores não
199 caberia ser construído no âmbito da CTPOAR, sendo papel típico da Secretaria
200 Executiva do CNRH/SRHU, por se tratar de uma avaliação de todos os instrumentos,
201 bem como as suas eficiências. Por isso acordaram pela elaboração de ofício à Secretaria
202 Executiva justificando o encaminhamento do assunto para a secretaria executiva e
203 solicitando ciência para o Plenário do CNRH, o que também apoiaria as competências e
204

atividades da Secretaria Executiva. Finalizados esses esclarecimentos, deram continuidade à análise do item 6.2 da pauta. [Item 6.2 – Continuação da elaboração da minuta de proposta de resolução que disporá sobre procedimentos gerais para manifestação prévia e outorga de direito de uso de recursos hídricos para fins de diluição de efluentes líquidos ou gasosos, tratados ou não, em corpos de água superficiais.](#) Retomaram a análise a partir do art. 5º, com a leitura do art. 37 da Resolução CONAMA nº 357, de 2005, que esclarece sobre o lançamento de efluentes tratados no leito seco de corpos de água intermitentes. Sendo essa dúvida constante nas reuniões que trataram dessa proposta de resolução sugeriram que fosse realizado seminário específico sobre essa temática, para tanto devendo ser encaminhado para o Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano e o Diretor de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente solicitando apoio técnico, político e financeiro para sua realização. Também sugeriram que fosse resgatada proposta de resolução do CONAMA referente a áreas contaminadas por também tratar de disposição de efluente no solo. A reunião foi encerrada às 16h, ocasião que foi ratificada a próxima reunião para os dias 14 e 15 de setembro, em São Paulo, com a participação no I Congresso Internacional de Meio Ambiente Subterrâneo.

Ata aprovada na 74ª reunião, realizada nos dias 14 e 15 de setembro de 2009.

Leila Carvalho Gomes
Presidente da CTPOAR

Raquel Scalia Alves Ferreira
Relatora da CTPOAR